

## AS HERANÇAS COLONIAIS NA PSICOLOGIA BRASILEIRA

Camila Nóbrega Cabral<sup>1</sup>

Samara Gomes da Costa Jácome<sup>2</sup>

Karina Veras de Souza<sup>3</sup>

### RESUMO

O processo de colonização do Brasil produziu e ainda produz efeitos em diferentes esferas da organização social do país. Nesse sentido, uma das formas de dominação exercidas pelo colonialismo é a dominação epistemológica, através da qual diferentes saberes foram submetidos a um processo de hierarquização e apagamento. Nesse ínterim, o eurocentrismo tornou-se a racionalidade hegemônica entre colonizadores e colonizados, norteando formas de organização política, econômica, social, afetiva e de produção de conhecimento. À vista disso, a pesquisa tem como objetivo verificar a existência de desdobramentos da lógica colonial na psicologia brasileira. Para tal, busca-se apresentar noções sobre colonialismo e colonialidade, além disso, pretende-se situar a construção da psicologia enquanto ciência no Brasil, e por fim, verificar a existência de repercussões da matriz de poder colonial na psicologia brasileira. A metodologia utilizada é de natureza exploratória, desenvolvida a partir da busca por referências bibliográficas e por meio de uma abordagem qualitativa da literatura selecionada. Os resultados obtidos são organizados a partir de duas categorias de análise, sendo elas: a) a universalidade das noções de sujeito, na qual verificamos a perpetuação de concepções de humanidade baseadas em paradigmas eurocêntricos na psicologia; b) a falsa ideia de neutralidade da ciência, em que foi possível perceber a construção da psicologia enquanto ciência e prática, considerando as relações de poder envolvidas.

**Palavras chaves:** Colonialidade. Colonial. História da psicologia. Psicologia.

### COLONIAL INHERITANCE IN BRAZILIAN PSYCHOLOGY

---

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte

<sup>3</sup> Professor (a) Orientador (a) do Cursos de Psicologia do CENTRO Universitário do Rio Grande do Norte

## ABSTRACT

The colonization process in Brazil produced and still produces effects in different spheres of the country's social organization. In this sense, one of the forms of domination exercised by colonialism is epistemological domination, through which different types of knowledge were subjected to a process of hierarchization and erasure. In the meantime, Eurocentrism became the hegemonic rationality between colonizers and colonized, guiding forms of political, economic, social, affective organization and knowledge production. In view of this, the research aims to verify the existence of developments of the colonial logic in Brazilian psychology. To this end, we seek to present notions about colonialism and colonality, in addition, we intend to situate the construction of psychology as a science in Brazil, and finally, to verify the existence of repercussions of the matrix of colonial power in Brazilian psychology. The methodology used is of an exploratory nature, developed from the search for bibliographical references and through a qualitative approach of the selected literature. The results obtained are organized from two categories of analysis, namely: a) the universality of notions of subject, in which we verify the perpetuation of conceptions of humanity based on Eurocentric paradigms in psychology; b) the false idea of neutrality of science, in which it was possible to perceive the construction of psychology as science and practice, considering the power relations involved.

## 1 INTRODUÇÃO

A inquietação para o desenvolvimento do presente trabalho parte de uma reflexão a respeito da história da psicologia e da história do Brasil. Tendo em vista o contexto de colonização e escravização de corpos pretos e indígenas pelos europeus e as políticas de manutenção desse poder, como a política de embranquecimento da população e a ideologia do mito da democracia racial que se refletem nos dias de hoje numa concepção colonial de servidão. Como exemplo disso, é possível destacar o atravessamento da questão racial na predominância de pessoas negras encarceradas - é importante apontar que o sistema prisional como conhecemos hoje fora criado num cenário pós abolição - representando uma política higienista em detrimento da

resolução de uma dívida histórica de reparação em que o direito a cidade é negligenciado.

Sendo assim, é possível entender que a colonização possui consequências concretas na história brasileira, repercutindo na atualidade. Nesse sentido, o questionamento que a pesquisa procura trazer é: “Há heranças coloniais na psicologia brasileira?”. Nesse seguimento, a presente pesquisa procura verificar a existência de heranças coloniais na psicologia brasileira e para isso foram elencados alguns objetivos: a) apresentar noções de colonialidade e colonialismo b) situar a construção psicologia enquanto ciência no Brasil c) estabelecer uma relação dos conceitos de colonialidade e colonialismo com a construção da psicologia e/ou construção da ciência.

O trabalho é necessário não só para a comunidade acadêmica, mas para todas as pessoas interessadas na construção e resgate de várias epistemologias, uma vez que a pesquisa instiga uma psicologia emancipatória e política que vem sendo invisibilizada pelo poder dominante. Entender se há heranças coloniais na psicologia é compreender se ainda existe uma reprodução de valores adoecedores que constituem a manutenção do poder eurocêntrico. Assim, questiona-se paradigmas que foram naturalizados e apontados como universais.

A metodologia utilizada é de natureza exploratória e abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da busca de materiais bibliográficos através da plataforma de dados LILACS em que os descritores utilizados foram “PSICOLOGIA” e “COLONIAL” com filtros em língua portuguesa e intervalo de publicação de 2011 e 2021. Para melhor aproveitamento da pesquisa foram definidos critérios de avaliação no que diz respeito aos artigos encontrados: a) abordar elucidações sobre a história da psicologia enquanto ciência e profissão b) apresentar noções de colonialidade e colonialismo c) estabelecer nexos entre colonialidade e colonialismo com a discussão sobre a construção da psicologia como ciência.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 UNIVERSALIDADE DAS NOÇÕES DE SUJEITO**

O colonialismo, de acordo com Quijano (2009), refere-se a uma estrutura de dominação e exploração, através da qual o controle da autoridade política, dos recursos

de produção e do trabalho de uma determinada população pertencem a uma outra jurisdição territorial, cuja identidade difere da população dominada. A instauração do regime colonialista no Brasil se deu sob o suposto pretexto de levar a civilização aos povos colonizados, no entanto o que se pode perceber desse processo é a exploração predatória de terras e de seus povos nativos, genocídio, violência, apagamento de culturas, religiões e formas de existência. A respeito disso, Césaire (1950) entende: Falam-me de progresso, de “realizações”, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios. Mas eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas.

À vista disso, cabe refletir a respeito de que projeto de civilização os colonizadores pretenderam levar ao Brasil, pois o que se constata na história são povos e culturas dizimados em virtude de interesses econômicos. Césaire (1950) introduz uma ideia importante para este debate, para ele a colonização resulta em coisificação, isso porque toda a exploração e violência que a colonização submete aos corpos dos nativos pressupõe a sua desumanização e transformação em objeto. Para sustentar e naturalizar a violência sistematizada que surge nesse contexto, os colonizadores se utilizam de uma racionalidade específica, o eurocentrismo, que tem como início o processo de colonização da América Latina, mas que se consolida através da colonialidade do poder. Nesse sentido, percebe-se que tanto a racionalidade eurocêntrica, como a dinâmica de exploração e desumanização de determinados corpos se mantêm nos dias atuais.

A partir da colonização, os paradigmas europeus se expandiram pelo Brasil e América Latina, e nesse processo, também foram apreendidos e posteriormente universalizados conceitos acerca da ciência, sua forma de produção e métodos. Contudo, os povos originários, bem como os povos que foram sequestrados e trazidos para o Brasil durante o regime colonialista, também produziam formas diferentes de conhecimento. É nesse sentido que, surge a necessidade de pensar de que maneira essa lógica repercute na psicologia, a respeito disso Furtado (2012) expõe: Evidentemente, garantidas todas as ressalvas de cunho cultural e antropológico, havia um saber psicológico entre os tupis-guaranis que nada tinha a ver com a Psicologia europeia, mas que tratava da compreensão da subjetividade dos povos que habitavam estas terras antes da ocupação do solo brasileiro pelos portugueses, um saber que não foi registrado e que nos chega através dos povos remanescentes e das peculiaridades presentes em

nossa cultura, uma cultura negra, indígena e branca europeia, que hoje conta com a contribuição dos imigrantes europeus e asiáticos

Dentro desse contexto, Santos e Menezes (2010) concluíram que o colonialismo, para além das outras formas de dominação, foi também uma dominação epistemológica, que produziu o apagamento e subalternidade de muitas outras possibilidades de saberes dos povos colonizados. Nesse sentido, é pertinente refletir a respeito das noções de humanidade entendidas pela psicologia, visto que essas concepções são, em grande parte, oriundas da Europa e Norte da América. Atrelado ao processo de apagamento de outras epistemologias, esses fundamentos teóricos tornaram-se hegemônicos no campo da produção de conhecimento em psicologia, se sobressaindo a outras epistemologias que integram a realidade brasileira.

À vista disso, é possível perceber que a psicologia se utiliza de noções de sujeito eurocentradas, Silva e Filho (2018) defendem que “a Psicologia até hoje discutida, feita e refletida terá seus fundamentos na Europa e tal constituição não sairá ilesa na forma como essa propõe reflexões sobre a subjetividade”.

Com isso, o que se pretende destacar não é a inaplicabilidade dessas teorias no contemplar dos processos subjetivos que se dão no Brasil, mas a sua possível insuficiência, na medida em que deixa de considerar outros elementos que fazem parte desse campo de estudo. A problematização que a presente pesquisa busca fazer, se dá no sentido de refletir a respeito das especificidades de saberes que a psicologia pode fornecer. Tendo em vista que a historicidade, as relações de poder e dominação que fazem parte da formação social do Brasil, dentro de um contexto de colonização e exploração, devem ser consideradas quando pensamos sobre processos subjetivos que aqui se constituem. Além disso, é necessário refletir a respeito da reprodução desses paradigmas coloniais na psicologia, tendo em vista que a narrativa do colonizador está atrelada às violências que produzem adoecimentos na população.

## **2.2 A FALSA IDÉIA DE NEUTRALIDADE DA CIÊNCIA**

A partir de Michel Foucault (1975), é possível compreender o nascimento da psicologia social como uma forma do sistema capitalista de docializar e patologizar corpos, à medida em que os conceitos de normalidade e anormalidade são entendidos como construções discursivas que mudam de acordo com as relações de poder vigente.

Nesse sentido, Foucault investiga como o discurso científico é produzido atrelado a essas relações de poder, exercendo assim, controle sobre os corpos.

Sendo assim, a psicologia e toda noção de racionalidade científica está vinculada diretamente aos padrões europeus em que o homem é o protagonista desse “fazer ciência”. A vista disso, a falsa neutralidade da ciência psicológica é questionada uma vez que sua epistemologia é dada a partir da narrativa do colonizador e de seus interesses. Assim, naturalizam-se paradigmas científicos em nome da tal “ciência universal e neutra”, porém, nesse processo é esquecido que para tornar-se ciência há um apagamento de outras produções de saberes. Com isso, não se pretende defender a ineficácia da ciência da forma como é concebida na atualidade, mas destacar que ela se constrói enquanto saberes, métodos e práticas dentro de um determinado contexto e em função de determinados interesses. O aparecimento das profissões universitárias no Brasil surge no contexto de transferência da corte real portuguesa para o Brasil, de acordo com Furtado (2012), fez-se necessário nesse momento prover condições para que a elite portuguesa, agora instalada no Brasil, continuasse a usufruir de seus privilégios. Nesse sentido, foram construídos portos, houve a abertura de imprensa, bem como o surgimento dos cursos de Medicina e Engenharia em solo brasileiro. A respeito disso, Furtado (2012) afirma: A menção aos fatos históricos que determinam o aparecimento e o desenvolvimento das profissões universitárias no Brasil não representa intenção diletante ou viés historicista, mas demarca que a origem dessas profissões tem forte apelo elitista e desenvolve-se em um ambiente em que essa elite é precária e dependente de sua matriz, principalmente de Portugal, mas, prioritariamente, da Europa culta e desenvolvida.

Dito isso, é possível perceber que o desenvolvimento de muitas profissões no Brasil, incluindo a psicologia, se deram em consonância com os interesses das elites da época. Isso implica dizer que a formação acadêmica, bem como a construção e o exercício de práticas foram fomentadas a partir das inclinações ideológicas desses grupos. Nesse segmento, Furtado (2012) defende ainda que o Brasil continuou sem autonomia científica e dependente das figuras de elite para melhorar as condições de vida da população.

Com a consolidação da primeira república, criou-se no Brasil o ímpeto de atingir os “níveis de civilidade europeia”, no entanto, as origens de base racializada - africana e indígena - distanciaram o país desse projeto de civilização. A partir disso, os intelectuais

desse período se dedicaram a afastá-lo dessas heranças, “fazê-lo transpor rapidamente as enormes barreiras arcaicas que o separavam da civilização contemporânea” (Campos, 2002). Surgem então, políticas de cunho eugenista que se utilizam da psicologia para legitimar processos de controle social e manutenção dos interesses das elites. É nesse momento que o racismo científico ganha destaque, assim como outras tendências higienistas das quais a psicologia fez parte.

Dessa forma, a persistência de estigmas eurocentrados torna a psicologia um agente de manutenção da colonização e do capitalismo, uma vez que se invisibiliza todo o seu contexto político e social em detrimento de um olhar individualizante, regulador, e por vezes, ausente de historicidade.

Ao importar, de maneira acrítica, a psicologia eurocentrada, normaliza-se também estereótipos racistas, capacitistas, machistas e até mesmo configurações do que é apontado como estruturas familiares (exemplo: naturalizou-se que a família tradicional brasileira é composta por um casal hetero e dois filhos, porém, traz-se aqui o resgate de um tipo de configuração familiar tradicional dos povos originários em que a família tradicional brasileira é indígena e não monogâmica). Quando a psicologia não entende sua historicidade e em que meio nasceu, a própria ciência psicológica torna-se adocedora e instrumento de manutenção das opressões e de exploração.

### **3 CONCLUSÃO**

A colonialidade do poder tem como berço o processo de colonização da América Latina, no entanto, se estende e consolida na atualidade. Ela remete à perpetuação da lógica colonial em diferentes esferas da existência social, sendo uma delas o campo das produções científicas.

Nesse sentido, busca-se durante o desenvolvimento da pesquisa verificar os desdobramentos dessa matriz de poder colonial na produção de conhecimentos e práticas da psicologia brasileira. Dentro desse contexto, verifica-se a dominação epistemológica que integrou o regime colonialista, à medida em que é possível perceber que a racionalidade trazida pelos europeus durante a colonização, torna-se hegemônica, sobrepondo-se a outros saberes produzidos pelos povos colonizados.

Nesse sentido, a colonialidade do poder atravessa as epistemologias dominantes que compõem a forma de fazer ciência e, conseqüentemente, psicologia. Assim, a ciência

psicológica torna-se colonizada, à medida que importa, de maneira acrítica, teorias eurocêntricas que muito pouco condizem com a realidade latino-americana. As consequências disso resultam em prejuízos para a psicologia, cujos fundamentos teóricos podem acabar não fornecendo subsídios suficientes que amparem o psicólogo frente às realidades e demandas do território sob o qual sua prática é exercida. Além disso, existe o risco de reproduzir formas de adoecimento que são produtos coloniais, como o racismo por exemplo. Nesse contexto, é ignorado o passado escravagista e colonizador e a narrativa dos europeus se sobrepõe invisibilizando outras formas de saberes. Dito isso, entende-se que há uma falsa neutralidade da psicologia visto que essa ciência se constrói, enquanto saberes e práticas, a partir de um viés específico, que por sua vez corresponde aos interesses das elites da época.

Dessa forma, faz-se necessária a validação de uma ciência psicológica que abarque sua pluralidade de epistemologias e que reforce o viés político da psicologia. É nesse sentido que se entende a importância em conhecer e divulgar epistemologias não hegemônicas, cujas contribuições fornecem especificidades de saberes necessárias à psicologia, mas que em virtude do processo de apagamento aos quais são submetidas, acabam invisibilizadas. Sendo assim, urge entender as possibilidades e os caminhos sul-americanos, bem como o resgate dos saberes trazidos pelos não brancos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Cândida Beatriz; DELMONDEZ, Polianne. Contribuições do pensamento de colonial à psicologia política Contributions of decolonial thought to political psychology. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 15, n. 34, p. 647-661, dez. 2015 .

Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2015000300012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000300012) & lng= pt \ nrm=iso>. Acesso em: 03 dez. 2021.

CASTRO, Ricardo Dias de; MAYORGA, Claudia. Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 14, n. 3, p. 1-18, set. 2019 . Disponível em

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082019000300011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000300011) & lng= pt \ nrm=iso>. Acesso em: 03 dez. 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020. 136 p.

Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/reis/article/view/12296> >. Acesso em: 03 de dez. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FURTADO, Odair. 50 Anos de Psicologia no Brasil: A Construção Social de uma Profissão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 32, p. 66-85, nov. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/zBttqHf9LpWdX8CHytGJG4x/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

Jaileila Araújo Menezes, Saiane Silva Lins and Juliana Vieira Sampaio. Provocações pós-coloniais à formação em psicologia. **Psicol. Soc.** v. 31. DOI: 10.1590/1807-0310/2019v31191231. Disponível em: <<https://www.scienceopen.com/document?vid=18264c27-6432-4afc-9117-06b33be8375e>>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf)>. Acesso em: 03 dez. 2021.

QUIJANO, Aníbal; SANTOS; Boaventura Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em: <<https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2017/09/quijano-anibal-colonialidade-do-poder-e-classificac3a7c3a3o-social.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

VILELA, Ana Maria Jacó. História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 2012, v. 32, n. spe. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/9KqzhPLhtm58PQNGQB39GLq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 de dez. 2021.